

A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DA EJA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A ESCOLA

Ana Claudia Dias Ivazaki – UEPB – anaivazaki@gmail.com.br
Valdecy Margarida da Silva – UEPB – valmargarida@yahoo.com

1. Introdução

Dez anos após a aprovação da lei 10.639/2003 ainda é possível encontrar livros didáticos que se limitam a relatar “retalhos históricos” do Brasil Colônia onde os negros se encontravam escravizados a serviço da burguesia. Muitos brasileiros que frequentam as escolas noturnas são vítimas da falta de oportunidade. Entre esses alunos, a população negra é expressiva e por isso mesmo o livro adotado pela escola deve ter a preocupação não apenas de contar fatos históricos, mas, sobretudo, de ser um instrumento de conscientização social e inclusão. Baseadas nos trabalhos desenvolvidos por Munanga (2008), Pinto (1987), Silva (2012), Freire (1997), Soares (2006), dentre outros estudiosos, o presente trabalho objetivou lançar um olhar crítico sobre a forma como o negro é retratado no livro didático (LD) da EJA adotado em uma escola da Rede Municipal de Campina Grande- PB. Nesse intuito, discutimos a importância do trabalho com a Lei 10.639/2003 na escola, a identidade dos Jovens e dos Adultos da Educação de Jovens e Adultos e o pensar e o dizer dos alunos de uma turma de EJA sobre as questões étnico-raciais e o racismo. A ausência da figura do negro no LD numa condição social favorável pode contribuir significativamente para a construção da baixa auto-estima das pessoas negras e pode ajudar a alimentar o racismo tão presente em nossa sociedade.

Palavras - chave: EJA. Lei 10.639/2003. Livro Didático. Negro. Racismo.

2. A importância do trabalho com a Lei 10.639/2003 na escola

A obrigatoriedade expressa na Lei de nº 10.639/2003, pelo menos do ponto de vista legal, redefine a lógica da exclusão: o problema agora não está nas vítimas – como se tem acreditado – mas sim, na estrutura socio-histórica-cultural brasileira. Contudo, aplicar a Lei de acordo com seus princípios epistemológicos, dada as estruturas históricas de poder e relações sociais vigentes no país, é ir na contramão

do projeto escolar atual, que reforça, muitas vezes, a inferioridade dos negros e mestiços e que se mostra omissa em relação à discriminação racial, reforçando estereótipos negativos em relação aos afrodescendentes.

Assim, incluir no currículo oficial a História da África e da Cultura Afro-brasileira é mais do que disseminar um possível sentimento de tolerância racial. É fazer do sistema educacional um promotor de igualdade e preparador dos indivíduos para a valorização da diversidade humana. Isso significa, portanto, que a Lei coloca em xeque os pilares estruturais das desigualdades raciais no país que são as bases constitutivas da ideologia de dominação, negada em todos os sentidos, mas operante nas relações sociais.

A Educação de Jovens e Adultos oferece grandes desafios ao educador. Se por um lado existe poucas formações para preparar os mesmos, por outro há um processo de conquista diário para que os alunos permaneçam nas aulas e a evasão diminua. Embora essa problemática seja complexa, nos sentimos na obrigação de trabalhar a Pluralidade Cultural existentes em nossa comunidade, especialmente porque os “excluídos das posições de comando na sociedade cuja construção contou com seu trabalho gratuito, como membros de grupo étnico-racial que teve a humanidade negada e a sua cultura inferiorizada” (MUNANGA, 2008, p. 14).

Chagas (2008), em seu artigo Formação docente e cultura afro-brasileira, publicado na Revista África e Africanidades, defende que o(a) professor(a), ao trabalhar com a temática cultura afro-brasileira, deve atentar para não reproduzir a idéia de inferioridade da África, dos africanos e dos negros brasileiros. Para esse autor, educação é por excelência uma oportunidade dos sujeitos aprenderem sobre o valor da cultura, e manterem contatos com as diferentes práticas culturais.

Sabendo da importância do referencial positivo da figura do negro na construção da sua autoestima, passamos a observar como o africano e o afrobrasileiro era retratado livro didático que utilizávamos em sala de aula. O que pudemos observar é que as gravuras ou fotos os negros são representados em condições desfavoráveis, em especial no capítulo de História. Eles se encontram mal vestidos, fazendo trabalhos braçais. No Volume 1, por exemplo, sentimos a falta representação do negro exercendo uma função “elitizada” como médico, advogado ou outras profissões. De acordo com Pinto:

Estudos que se interessam em analisar como a escola vem lidando com as diferenças étnicas têm chamado a atenção para a falta de

preparo dos professores e para a sua dificuldade em enfrentar questões do preconceito e da discriminação, inclusive, pela inexistência de material de apoio que as auxilie nessa tarefa.

Portanto, criar materiais didáticos não discriminatórios é uma tarefa urgente e necessária para que os ideais de uma educação democrática possam se concretizar. Tarefa esta que se faz necessária, uma vez que o livro ainda é um material didático mais utilizado nas nossas escolas (PINTO, 1987, p.89).

Nesse contexto em que estão inseridos os nossos alunos, cabe a nós, educadores, procurarmos cada vez mais trabalhar de forma a contemplar de forma igualitária todas as diversidades presentes em sala de aula. A Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos ressalta a importância na formação do cidadão crítico. Entendemos que as críticas aos textos de informação científica e histórica também devem fazer parte do currículo do EJA.

3. O pensar e o dizer dos alunos de uma turma de EJA sobre as questões etnicorraciais e o racismo.

Durante o trabalho de pesquisa realizado com alunos da EJA numa escola municipal de Campina Grande/PB, estes foram convidados a refletir sobre o modo como o negro é retratado no livro didático usado por eles. Uma das questões para reflexão era se ele concorda com a forma com que o livro didático usado em sala retrata o Negro. A maioria afirmou que discorda dessa abordagem. Sobre essa questão, eles afirmaram:

Não, porque é muito humilhante da maneira que aparece as figuras dos nossos irmãos negros (aluno 1)

Não, porque não só tem negro escravo, negros sem diploma. Existem também negros que são médicos, presidente e muito mais (aluno 2)

Não, porque o Negro é visto como escravo e só serve para o trabalho pesado (aluno 4)

Não, os empresários era para empregar essas pessoas negras, porque é difícil nas lojas ver uma pessoa negra. Só vejo braças. (aluno 5)

Como vemos, existe um nível de conscientização dos alunos ao analisar as gravuras do livro didático. Em suas análises, abordam a necessidade de se apresentar o negro conquistando diferentes espaços na sociedade. Reivindicam igualdade de direitos e reclamam da forma de abordagem do LD ao apresentar o negro sempre na condição de escravos.

Outras questões abordadas na pesquisa foram: qual a sua cor ou raça? Você conhece a Lei 10.639/2003? Caso conheça, do que trata essa lei? Você conhece alguma história de uma pessoa que sofreu preconceito por ser negro? Sobre esses aspectos os resultados podem ser lidos no gráfico que segue:

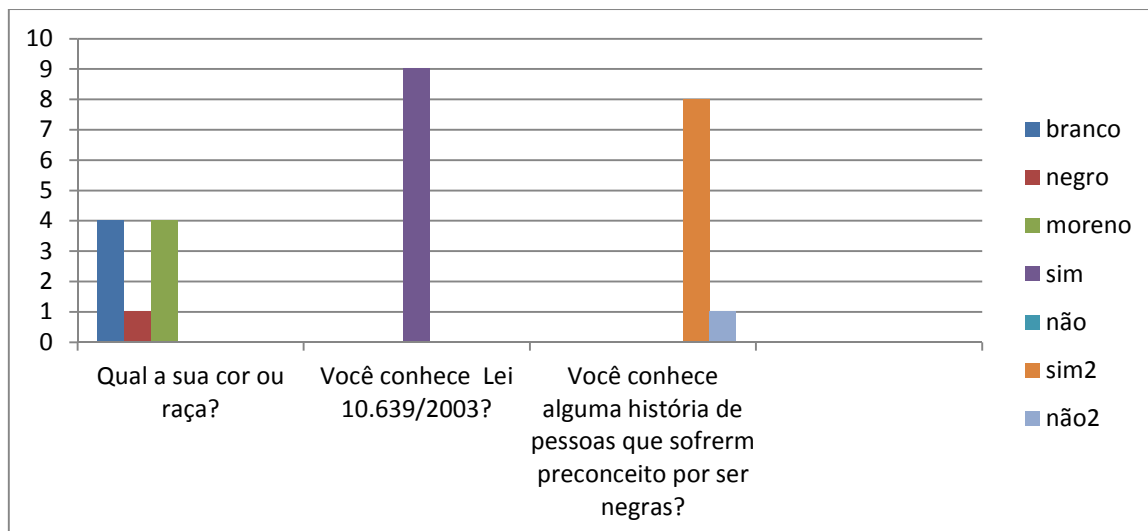


Gráfico 01 – Cor ou raça dos alunos, conhecimento da Lei 10.639/2003 e conhecimento de histórias de pessoas que sofreram preconceito racial.

Quando perguntados como gostariam que o negro fosse retratado nos livros didáticos, eles registraram a sua opinião conforme segue:

Como todos os brancos são, definindo suas funções, mostrando quem são de verdade, não me conformo com o jeito de tratá-los. Sou contra o racismo. (aluno 2 - 31 anos);

Eu gostaria que fosse tratado não sendo humilhado pelos outros, ser tratado como uma pessoa de bem. (aluno 3 – 25 anos);

Eu gostaria que fossem tratados todos igualmente, mas não é. O mundo é muito desigual. Direitos iguais, mas hoje em dia o negro tem de ser muito bom para se sobressair, porque é muito desigual e para poder superar as desigualdades. (aluno 4 – 36 anos);

Como uma pessoa livre. O que posso mais dizer mais? Queria que as pessoas negras não fossem vistas apenas como trabalhadores rurais ou domésticos” (aluno 6 – 26 anos)

Como uma pessoa que merece ser feliz como qualquer branco. (aluno 7 – 54 anos)

Nas falas dos alunos, podemos observar que eles sentem a necessidade de um debate mais contextualizado e atualizado no que diz respeito à questão racial, pois o livro é apenas um dos instrumentos de comunicação e informação a que eles têm acesso. As mais diferentes mídias, principalmente a televisiva, têm dado bastante enfoque nas questões raciais. Assim sendo, o interesse pelo tema tem se intensificado. Os LD não podem mais deixar de contar essa história, pois ainda

percebemos que muitas escolas não tratam da temática como deveriam. Em parte, essa lacuna se deve a falta de informação e formação dos professores, que não repassam a informação porque não as tem.

4. Considerações finais

Diante dessa realidade, alguns avanços já têm sido sentidos. Aos poucos a questão racial vem ganhando força, numa tentativa de reparação aos que aqui foram escravizados e tiveram seus direitos ceifados por centenas de anos. A publicação dos PCNs para Pluralidade Cultural e Orientação Sexual é um bom exemplo de como a temática vem ganhando importância no ambiente escolar. O simples reconhecimento do racismo e de sua presença nas escolas já é uma vitória para a sociedade brasileira como um todo, pois como abordar um problema que não existe? Admitindo sua existência, somos forçados a nos debruçar sobre possíveis soluções, trazê-lo para a pauta e para as discussões em sala de aula.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Previdência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Data de acesso: 10 de julho de 2012.

CHAGAS, Waldeci Ferreira Formação Docente e Cultura afro-brasileira. In. Revista África e Africanidades, ano 1, nº 3, 2008.

MEC. *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento / coordenação e texto final* (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.239p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural: Orientação Sexual / Secretaria de Educação Fundamental*. 2. ed. — Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. — 3. Ed. — Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

PINTO, Regina Pahim. *A representação do negro em livros didáticos de leitura*. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n63/n63a18.pdf>. Data de acesso 30 de maio de 2013.